



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE JANEIRO DE 1979

(Visita de S. Ex.ª o Presidente da República de Cabo Verde)

Presidente: Ex.º Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.ªs Srs. Alfredo Pinto da Silva
 José Gonçalves Sapinho
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Álvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Chaves Medeiros.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António José Pinheiro da Silva.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Armando F. C. Pereira Bacelar.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.

Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Reis Luís.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Joaquim Gomes.
 João da Silva.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 José Gomes Fernandes.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.

Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Branco Ferreira Lima.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 Antídio das Neves Costa.
 António Augusto Gonçalves.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Manuel Barata Portugal.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José da Costa.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.

Maria Élia Brito Câmara.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Alvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Alvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Simões Costa.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Victor António Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Diamantino José Dias.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavaleira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.

Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão M. Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro de Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. **Presidente**: — Estão presentes 191 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, lembro que a deputação que às 18 horas e 50 minutos vai esperar o Sr. Presidente da República de Cabo Verde à entrada da portaria principal deve ser composta, para além da Mesa, por um Deputado de cada partido. Os restantes Srs. Deputados devem comparecer no hemiciclo às 18 horas e 45 minutos, altura até à qual fica suspensa esta sessão.

As 19 horas e 25 minutos entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integrava o Sr. Presidente da República de Cabo Verde (Aristides Pereira), o Sr. Presidente da Assembleia da República, os Secretários da Mesa, os membros da comitiva do Sr. Presidente da República de Cabo Verde, o Secretário-Geral da Assembleia da República e o chefe do Protocolo.

No hemiciclo, especialmente convidados, encontravam-se conselheiros da Revolução, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Provedor de Justiça, o procurador-geral da República e um membro da Comissão Constitucional.

O Primeiro-Ministro e os Ministros ocuparam a respectiva bancada, enquanto os restantes membros do Governo e o corpo diplomático tomaram lugar nas tribunas.

Formada a Mesa, o Sr. Presidente da República de Cabo Verde ocupou o lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República.

Nesse momento a banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou os hinos nacionais dos dois países, primeiro o de Cabo Verde e depois o de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Está reaberta a sessão.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente: Quis V. Ex.^a honrar-nos hoje com a sua presença.

Cumpre-me a mim dizer-lhe em poucas palavras o muito que esse seu gesto significa para nós.

Em 1922, uma grande figura da democracia portuguesa — António José de Almeida — numa viagem oficial ao Brasil, suscitou alguma controvérsia com um brilhante e corajoso discurso em que agradecia aos Brasileiros o seu grito do Ipiranga. Hoje, quero eu fazer o mesmo. E se é certo que de todo me falta o fulgor desse tribuno de excepção, a verdade é que, em 1979, não é necessária a coragem de há meio século. Cinquenta anos da história não são um peso leve na evolução da mentalidade de um povo.

É a luta que irmana os homens. E nós ocupámos trincheiras paralelas, nas quais, separada mas solidariamente, fizemos frente ao invasor comum das nossas consciências de homens livres. Aqui a sua face era a do fascismo. Entre vós era a do colonialismo. Mas a reacção era uma só e a mesma: idêntica era a filosofia retrógrada, idêntica era a arrogância perante a história, idêntico era o desprezo pelos valores humanos. A luta que nós, democratas portugueses, dolorosamente conduzíamos, só podia ter entre vós expressão e sentido histórico se se revestisse do carácter de uma luta de libertação nacional.

Estamos bem cientes disso.

Quando em 19 de Setembro de 1956, em Bissau, Amílcar Cabral e alguns companheiros (entre os quais Aristides Pereira) fundaram o PAIGC, não estava apenas a jogar-se o destino dos povos da Guiné e Cabo Verde, estava também a escrever-se a história de Portugal.

A partir daí as duas lutas desenvolvem-se, sempre separadas, mas solidárias. Portugueses e Cabo-Verdianos as conduziram entre as lágrimas e a esperança — e, como sempre, a razão da esperança não impediu a razão das lágrimas.

Tivemos os nossos mártires, os nossos traidores, os nossos heróis sempre separados, mas na serena consciência de que nos batíamos uns pelos outros. Por isso a arma que prostrou Amílcar Cabral estava apontada ao coração do povo português.

Foi também juntos que demos razão à esperança dos nossos povos. No mesmo ano de 1974 caía a ditadura portuguesa e o colonialismo em Cabo Verde. De irmãos na opressão passámos então a querer construir em conjunto uma nova relação de fraternidade: a que deve existir entre dois povos adultos, responsáveis e livres, que compartilham a mesma língua, cujas culturas se influenciaram profundamente e que não podem nem querer esquecer tão depressa o muito que os liga de história em comum.

«Estamos pagos perante a história», disse António José de Almeida aos Brasileiros em 1922. A nós se pode aplicar esta máxima do grande tribuno.

Mas se estamos pagos perante a história, é, em contrapartida, muito o que devemos ao futuro que quisermos construir. Sem outras ambições que não sejam a de sabermos manter, nessa construção, os mesmos ideais de igualdade, de liberdade e de solidariedade que foram a razão de ser das nossas lutas paralelas.

Sr. Presidente: esta Assembleia, que é a expressão livre do povo português, sente-se muito honrada com a presença de um representante do povo irmão de Cabo Verde. E acredita que ela simboliza o que todos desejamos: que o nosso futuro comum já começou.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Presidente da República de Cabo Verde.

O Sr. Presidente da República de Cabo Verde: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Provedor de Justiça, Srs. Ministros, Srs. Conselheiros da Revolução, Srs. Deputados, Sr. Procurador-Geral da República, minhas Senhoras e meus Senhores: Em nome do povo de Cabo Verde e em meu nome pessoal, tenho a honra de saudar V. Ex.^a e os ilustres Deputados desta Assembleia, dignos representantes do povo português, saudação que me é particularmente grata, pois este órgão supremo do poder tem vindo, desde a Assembleia Constituinte, a desempenhar um papel de alto relevo no processo corajoso de democratização da sociedade portuguesa, iniciado pelo movimento patriótico do 25 de Abril.

Agradeço vivamente sensibilizado as palavras tão amáveis quão alentadoras que, a respeito do meu país e da minha pessoa, quis V. Ex.^a dirigir-me, e estou certo de que, nesta cerimónia de recepção sumamente significativa, estamos seguramente colocando mais uma pedra no edifício da histórica amizade luso-cabo-verdiana.

É com profunda satisfação, pois, que, na minha primeira visita oficial a Portugal, vos transmito aqui, a V. Ex.^a e aos ilustres Deputados, os votos de apreço pela forma patriótica, responsável e decidida como vêm desempenhando a elevada missão de fiéis porta-vozes das aspirações e dos interesses do povo português. Apraz-me manifestar a minha convicção de que esta augusta Assembleia continuará sempre a ser um esteio na consolidação do Portugal democrático, obra de que se orgulham, legitimamente, todos os filhos desta Nação, de tão enraizadas tradições de defesa da soberania e de vocação para uma convivência universalista.

Constitui um elo importante de ligação entre os nossos povos a comum aspiração, manifestada de forma reiterada e em diversas circunstâncias, a uma vida de liberdade e de dignidade, enfim, aos grandes valores do homem que, Portugueses e Cabo-Verdianos, aprenderam a identificar como seus próprios.

É com simpatia que constatamos que o povo português, não obstante as múltiplas dificuldades inerentes ao complexo processo de democratização, continua a patentear, com determinação, o seu apego a esses valores que caracterizam a convivência democrática entre membros de uma comunidade social e entre nações.

Os momentos de euforia e de responsabilidade que o estabelecimento da democracia, em Portugal, e da soberania, em Cabo Verde, nos vem oferecendo e exigindo, tomámos a liberdade de os considerar obra e esforço comuns e, sobretudo, o fruto de um processo que envolveu os nossos dois povos e veio possibilitar o advento de uma convivência pacífica e fraterna, na dignidade que a democracia e a interdependência naturalmente fazem renascer.

É durante a própria ordem colonial e a prática da luta de libertação nacional, com todas as suas vicissitudes de violências e ressentimentos — tanto de uma como de outra parte, quantas vezes para além das nossas vontades individuais — que vimos brotar e cres-

cer, numa aparente contradição, o princípio liminar da destriça entre, de um lado, o povo português e Portugal de sempre e, de outro, o regime colonialista. É, pois, esse princípio magistralmente concebido e defendido por Amílcar Cabral e pelos homens que ele formou, que gera novas condições para a salvaguarda desses laços forjados por uma longa comunhão de história e aproximação criadora de culturas.

São estas insofismáveis relações de amizade que a história fez tecer entre nós, bem como a concepção de elevado universalismo que Amílcar Cabral conseguiu transmitir a todos quantos o conheceram ou a ele estiveram ligados — o que impregnou a própria essência humanista da nossa luta de libertação nacional — que permitiram que se estabelecessem relações múltiplas e exemplares entre os dois Estados, após a conquista da nossa soberania integral.

Neste momento ímpar em que temos o ensejo de nos dirigir a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aos ilustres Deputados da Nação Portuguesa, não podíamos deixar de obedecer ao imperativo de recordar o significado particular de que se revestiu a visita a Cabo Verde, em Junho do ano transacto, de uma delegação parlamentar portuguesa encabeçada pelo então Presidente desta Assembleia da República, no quadro de uma busca conjunta de interesses afins susceptíveis de consolidar as relações de tipo novo que, em boa hora, instaurámos. Esses dias que foram de intenso e insubstituível contacto directo e humano, para além de terem propiciado um conhecimento mútuo efectivo, mais completo e perfeito das realidades e das aspirações de cada parte, vieram, colmatando as lacunas engendradas por certa insuficiência de intercâmbios, confirmar a justeza das nossas convicções e a vocação de uma e outra parte a se entenderem, na dignidade, na correcção e na fraternidade.

Mas não basta a simples constatação de que existe uma vontade política que tem aproximado os nossos povos e governos e que se tem reflectido positivamente na prática corrente das nossas relações. Há que destacar os factores benéficos essenciais que engendraram os vectores de aproximação entre os nossos povos, porque só assim é que esses factores poderão ser conscientemente defendidos e consolidados.

Convém relembra, antes do mais, o profundo significado da convergência ideológica histórica entre a nossa obra de libertação nacional — cujo desfecho foi a instauração de uma democracia nacional revolucionária no nosso país — e o processo do Movimento de 25 de Abril, que, numa viragem corajosa e decisiva, restabeleceu a democracia parlamentar em Portugal. Toda essa convergência repousa no facto essencial de que o coroamento de uma e outra obra se traduziu na conquista das liberdades fundamentais e na recuperação basilar dos sagrados direitos do homem.

É esse tronco comum que deverá ser o objecto das nossas preocupações e cuidados incessantes, para que a árvore ainda em crescimento possa, como desejamos, florir e frutificar.

Aplausos gerais.

É o germen da mesma convergência que criou as condições políticas e subjectivas para a formação de uma vontade comum, capaz de ultrapassar toda a

problemática da era colonial e de abrir perspectivas novas para uma cooperação franca, frutuosa e mesmo privilegiada entre os nossos Estados.

Podemos, com agrado, constatar que a dinâmica da aproximação entre os nossos dois Estados, não se limitando aos aspectos ideológicos e políticos, com a inerente predisposição psicológica de concórdia, tem-se reflectido objectivamente, na prática e marcado a substância das estruturas das nossas instituições e as leis que passaram a reger as nossas sociedades.

Assim, não obstante continuar em vigor grande parte da legislação do antigo regime português, tanto em Cabo Verde como em Portugal, efectuaram-se, no património jurídico que recebemos, importantes transformações, as quais corporizam os ideais de democracia e justiça social, que nortearam o Movimento de 25 de Abril e, em Cabo Verde, a obra da libertação nacional.

Aplausos gerais.

Devemos ainda assinalar o aspecto sumamente importante de que a força ideológica e política, que serviu de motor de reencontro das duas nações, é que condicionou, no processo da descolonização de Cabo Verde, um resultado isento de anormalidades, o que, aliás, foi internacionalmente reconhecido.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores: tendo tido, até agora, a preocupação de pôr em relevo o que nos parece terem sido, objectivamente, factores de confluência entre os nossos países, não julgamos, entretanto, que a correcção e a excelência das nossas relações dependam de modo essencial, da identidade ou mesmo da simples convergência dos nossos pontos de vista. A nossa política, ainda que de relações privilegiadas com o Estado Português, encontra-se inserida dentro de um conceito amplo da política externa, que é o princípio de manter relações correctas, fraternais e pacíficas com todos os Estados do Mundo, numa base de respeito mútuo das soberanias, de não ingerência nos assuntos internos, de não agressão e de reciprocidade de vantagens.

Temos apreciado na justa medida o espírito de responsabilidade que o Estado Português tem revelado no tratamento das relações com o nosso Estado. Frente a essa atitude garantimos que haverá sempre, da parte do Estado e do Governo de Cabo Verde, a vontade política de igualmente manter uma atitude responsável na dinamização das relações de amizade e cooperação com Portugal.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: antes de terminar, e agradecendo o privilégio que VV. Ex.^{as} nos concederam de vos dirigir estas breves palavras de amizade e de solidariedade; estando perfeitamente seguro de interpretar os sentimentos de estima que o povo de Cabo Verde nutre pelo povo de Portugal, queria, Sr. Presidente, por vosso intermédio e desta augusta Assembleia, endereçar a toda a Nação Portuguesa os votos de contínuos sucessos na edificação de uma pátria próspera e democrática, por que vem lutando de forma denodada e empolgante.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Está encerrada a sessão.

A banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo os hinos nacionais dos dois países.

Seguidamente reorganizou-se o cortejo, que acompanhou à saída o Sr. Presidente da República de Cabo Verde.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alfredo Fernando de Carvalho.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
Aquilino Ribeiro Machado.
Carlos Cardoso Lage.
Florêncio Quintas Matias.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
José Ferreira Dionísio.
Manuel Francisco Costa.
Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.

Partido Social-Democrata (PSD)

António Joaquim Bastos Marques Mendes.
António Joaquim Veríssimo.
Fernando Adriano Pinto.
Francisco Braga Barroso.
José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
Manuel Cunha Rodrigues.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Morais.
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
Narana Sinai Coissoró.
Vitor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Domingos Abrantes Ferreira.
Francisco Miguel Duarte.
Georgete de Oliveira Ferreira.
Jaime dos Santos Serra.
Joaquim Gomes dos Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Duarte Arnaut.
António Manuel Maldonado Gonelha.
Etelvina Lopes de Almeida.
Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
João Francisco Ludovico da Costa.

Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Rui Paulo do Vale Valadares.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Coutinho Monteiro de Freitas.
António Egídio Fernandes Loja.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António José dos Santos Moreira da Silva.
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
Augusto Nunes de Sousa.
Eduardo José Vieira.
Fernando José Sequeira Roriz.
João Gabriel Soeiro de Carvalho.
João Vasco da Luz Botelho Paiva.
José Ferreira Júnior
Manuel Henrique Pires Fontoura.
Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Nicolau Gregório de Freitas.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
João Gomes de Abreu de Lima.
João Lopes Porto.
José Cunha Simões.
José Manuel Cabral Fernandes.
Nuno Krus Abecasis.
Rui Fausto Fernandes Marrana.
Rui Garcia de Oliveira.
Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Cândido de Matos Gago.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.
Carlos Galvão de Melo.
Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDACÇÃO, *José Pinto*.